

Jaboticabal, 22 de Março de 2021.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras

Senhores:

1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/09/2019. Emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base	12/2020
Documentos:	(X) Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras (X) Relatório de Auditoria Independente (X) Balanço Patrimonial (X) Demonstração do Resultado (X) Demonstração dos Fluxos de Caixa (X) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (X) Notas Explicativas (X) Relatório da Administração
Data publicação:	30/03/2021
Sítio eletrônico publicação:	http://www.fcav.unesp.br/cooperfac

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências
Agrárias e Veterinárias – Campus Jaboticabal/SP – COOPERFAC
CNPJ: 57.259.525/0001-63**

Wagner Aparecido Mendes
Diretor Responsável pela Contabilidade

Jeferson Catelani
Contador/CRC: 1SP290527/O-3

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e o relatório do auditor independente

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10
1 Contexto operacional	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis	11
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa.....	14
4 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	15
5 Outros créditos.....	16
6 Investimentos	16
7 Imobilizado de uso	17
8 Outras obrigações.....	17
9 Passivos contingentes.....	17
10 Patrimônio líquido.....	18
11 Outros ingressos operacionais.....	19
12 Dispêndios administrativos.....	19
13 Dispêndios de pessoal e honorários	19
14 Outros dispêndios operacionais	20
15 Seguros contratados	20
16 Instrumentos financeiros	20
17 Partes relacionadas.....	20
18 Eventos Subseqüentes	21
19 Índice da Basileia	21
O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2020.	21
20 Desfiliação da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp e Filiação a Federação Nacional das Cooperativas – FNCC.....	21
21 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	22
22 Relatório da Administração 2020	23

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC
Jaboticabal-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP- COOPERFAC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP – COOPERFAC em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram também por nós examinadas, cujo relatório, datado de 31 de janeiro de 2020, continha ênfase intitulada "Estrutura de gerenciamento de riscos ainda não implementada".

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 12 de março de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		3.934.308	3.445.525	Circulante		418.389	437.899
Disponibilidades	3	465.570	40.627	Outras obrigações	8	418.389	437.899
Instrumentos financeiros							
Títulos e valores mobiliários	3	957.198	300.311	Patrimônio líquido	10	6.854.003	6.402.204
Operações de crédito	4	2.491.876	2.713.644	Capital social		5.995.115	5.691.759
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4	(48.060)	(67.035)	Reserva de sobras		726.938	616.843
Outros créditos	5	67.724	457.978	Sobras acumuladas		131.950	93.602
Não circulante		3.338.084	3.394.578				
Realizável a longo prazo							
Instrumentos financeiros							
Operações de crédito	4	3.341.394	3.421.392				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4	(91.436)	(106.318)				
Investimentos	6	24.304	24.023				
Imobilizado de uso	7	259.998	259.650				
Intangível	7	18.400	-				
(-) Depreciações e amortizações	7	(214.576)	(204.169)				
Total do ativo		<u>7.272.392</u>	<u>6.840.103</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>7.272.392</u>	<u>6.840.103</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

		2020		2019
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		570.409	1.178.857	1.280.175
Operações de crédito	4a	564.974	1.168.181	1.275.792
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	3	5.435	10.676	311
Ingressos de depósitos intercooperativos	3	-	-	4.072
Dispêndios da intermediação financeira		(28.130)	(55.537)	(217.599)
Operações de captação no mercado		(58)	(58)	(1.408)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		-	-	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	4c	(28.072)	(55.479)	(216.191)
Resultado bruto da intermediação financeira		542.279	1.123.320	1.062.576
Outros ingressos operacionais		58.777	102.745	302.978
Ingressos de prestação de serviços		5.867	11.614	12.750
Outros ingressos operacionais	11	52.910	91.131	290.228
Outros dispêndios operacionais		(606.903)	(1.035.390)	(1.222.764)
Dispêndios administrativos	12	(217.601)	(425.019)	(609.195)
Dispêndios de pessoal e honorários	13	(224.037)	(438.741)	(481.077)
Dispêndios de depreciação e amortização		(5.922)	(10.407)	(6.497)
Outros dispêndios operacionais	14	(159.343)	(161.223)	(125.995)
Resultado operacional		(5.847)	190.675	142.790
Resultado não operacional		-	-	(108)
Resultado antes da tributação		(5.847)	190.675	142.682
Imposto de renda e contribuição social		(1.678)	(3.322)	(3.647)
Participações no resultado		(7.566)	(14.663)	(13.522)
Perda/sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		(15.091)	172.690	125.513
Juros sobre o capital	10b	157.936	157.936	104.929
Sobra líquida do exercício		142.845	330.626	230.442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	142.845	330.626	230.442
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	142.845	330.626	230.442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	5.496.586	372.544	232.599	6.101.729
Aumento de reserva com sobras	-	232.599	(232.599)	-
Integralizações de capital	380.557	-	-	380.557
Devoluções de capital	(290.313)	-	-	(290.313)
Sobra líquida do exercício	-	-	230.442	230.442
Juros sobre o capital	104.929	-	(104.929)	-
Destinação da reserva legal	-	11.700	(11.700)	-
FATES - cooperados	-	-	(11.700)	(11.700)
FATES - não cooperados	-	-	(8.511)	(8.511)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.691.759	616.843	93.602	6.402.204
Aumento de reserva com sobras	-	93.602	(93.602)	-
Integralizações de capital	364.530	-	-	364.530
Devoluções de capital	(219.110)	-	-	(219.110)
Sobra líquida do exercício	-	-	330.626	330.626
Juros sobre o capital	157.936	-	(157.936)	-
Destinação da reserva legal	-	16.493	(16.493)	-
FATES - cooperados	-	-	(16.494)	(16.494)
FATES - não cooperados	-	-	(7.753)	(7.753)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.995.115	726.938	131.950	6.854.003

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de julho de 2020	5.796.001	616.843	281.383	6.694.227
Aumento de reserva com sobras	-	93.602	(93.602)	-
Integralizações de capital	181.629	-	-	181.629
Devoluções de capital	(140.451)	-	-	(140.451)
Sobra líquida do exercício	-	-	142.845	142.845
Juros sobre o capital	157.936	-	(157.936)	-
Destinação da reserva legal	-	16.493	(16.493)	-
FATES - cooperados	-	-	(16.494)	(16.494)
FATES - não cooperados	-	-	(7.753)	(7.753)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.995.115	726.938	131.950	6.854.003

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	2020	2019
	2º semestre	Exercício
	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	525.386	955.439
Sobra ajustada do exercício	176.839	453.238
Sobra líquida do exercício	142.845	230.442
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	28.072	216.191
Depreciações	5.922	6.497
Residual de baixas de imobilizado	-	108
Aumento nos ativos	321.254	(599.325)
Operações de crédito	(62.219)	(189.775)
Outros créditos e outros valores e bens	383.473	(409.550)
Redução nos passivos	27.293	(18.684)
Outras obrigações	27.293	(18.684)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(15.604)	(19.029)
Aumento de investimentos	(281)	(64.742)
Baixa de investimentos	-	381.375
Aquisições de imobilizado de uso	(15.323)	(30.300)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	41.178	90.244
Integralizações de capital	181.629	380.557
Devoluções de capital	(140.451)	(290.313)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	550.960	1.081.830
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (nota 3)	871.808	129.132
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (nota 3)	1.422.768	340.938

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC ("Cooperativa"), fundada em 6 de janeiro de 1986, é uma cooperativa de economia e crédito mútuo, instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 1º de abril de 1987, através do registro sob nº 57.259.525/0001-63.

A Cooperativa está sediada em Jaboticabal SP e tem sua área de ação limitada às dependências da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Campus de Jaboticabal, SP.

Tem por objetivo social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito: o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Cooperativa desfilou-se da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp, conforme nota 18, e associou-se à Federação Nacional das Cooperativas – FNCC.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 12 de março de 2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito,

depreciações e amortizações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Instrumentos financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos

em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.7 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

b.10 Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.11 Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

b.12 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.13 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises

das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.15 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

b.17 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	2020	2019
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	465.570	40.627
Títulos e valores mobiliários (i)	957.198	300.311
	1.422.768	340.938

(i) Trata-se de aplicações em quotas de fundos de renda fixa de instituições privadas.

Foram registrados no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 10.676 e de R\$ 311 e ingressos de depósitos intercooperativos R\$ 4.072 em 2019.

4 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	2.491.876	3.341.394	5.833.270	2.713.644	3.421.392	6.135.036
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(48.060)	(91.436)	(139.496)	(67.035)	(106.318)	(173.353)
	2.443.816	3.249.958	5.693.774	2.646.609	3.315.074	5.961.683

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2020			2019		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	3.779.396	3.779.396	-	3.821.896	3.821.896
B	1	41.248	1.172.929	1.214.177	196.057	1.222.186	1.418.243
C	3	103.197	381.856	485.053	67.856	484.662	552.518
D	10	38.214	138.783	176.997	17.193	75.258	92.451
E	30	26.636	81.833	108.469	67.099	68.417	135.516
F	50	16.599	31.256	47.855	31.457	43.962	75.419
G	70	-	5.282	5.282	-	10.390	10.390
H	100	-	16.041	16.041	4.637	23.966	28.603
		225.894	5.607.376	5.833.270	384.299	5.750.737	6.135.036

c Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	(173.353)	(207.424)
Constituição da provisão	(55.479)	(216.191)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 11)	89.336	250.262
Saldo final	(139.496)	(173.353)

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2019, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 24.896(R\$24.396 em 2018), e em sua maioria encontra-se em processo de cobrança judicial. Em 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 500(R\$ 4.471em 2018), registrados em outros ingressos operacionais (nota 11).

5 Outros créditos

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Devedores diversos	<u>67.724</u>	<u>457.978</u>

Trata-se de recebimentos de empréstimos, no valor de R\$ 67.724 (R\$ 64.312 em 2019), que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente. O montante de R\$ 393.666, de 2019 era referente à restituição de capital integralizado no Sicoob Central Cecresp (nota 18), recebido em 2020.

6 Investimentos

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco Cooperativo do Brasil	12.795	12.795
Outras participações	11.509	11.228
	<u>24.304</u>	<u>24.023</u>

7 Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação/amortização	Custo de aquisição	Depreciação/amortização acumulada	2020	2019
				Líquido	Líquido
Imobilizado					
Instalações	10%	114.433	(112.293)	2.140	2.740
Móveis e equipamentos de uso	10% a 20%	130.065	(97.489)	32.576	19.955
Terreno		15.500	-	15.500	15.500
		<u>259.998</u>	<u>(209.782)</u>	<u>50.216</u>	<u>38.195</u>
Intangível					
Software	20%	18.400	(4.794)	13.606	17.286
		<u>278.398</u>	<u>(214.576)</u>	<u>63.822</u>	<u>55.481</u>

8 Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	-	7
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participação nos lucros	14.663	13.522
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	67.222	48.561
Quotas de capital a pagar	201.277	232.731
	<u>283.162</u>	<u>294.814</u>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	15.202	13.878
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	56.092	54.682
Credores diversos no País	63.933	74.518
	<u>120.025</u>	<u>129.200</u>
	<u>418.389</u>	<u>437.899</u>

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 10b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

9 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

10 Patrimônio Líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 550 e 601 cooperados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 364.530 (R\$ 380.557 em 2019), e também ocorreram devoluções em 2020, no montante de R\$ 219.110 (R\$ 290.313 em 2019).

O capital social é de R\$ 5.995.115 e de R\$ 5.691.759 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2019 e de 2018, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2020	2019
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	330.626	230.442
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital (i)	(157.936)	(104.929)
Reserva legal (ii)	(16.493)	(11.700)
FATES (iii)	(16.494)	(11.700)
Transferido para FATES	(7.753)	(8.511)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	131.950	93.602

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pela Diretoria Executiva da Cooperativa. Em reunião da Diretoria Executiva, foi aprovado a remuneração das quotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R\$ 153.905, foi contabilizado como "Capital social", conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular BCB nº 2.739/1997, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais", e ajustados.

(ii) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

(iii) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 8 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31 de julho de 2020, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2019 para aumento da reserva legal (R\$ 93.602).

11 Outros ingressos operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 4d)	-	500	4.471
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 4c)	52.629	89.336	250.262
Outros ingressos	281	1.295	35.495
	52.910	91.131	290.228

12 Dispêndios administrativos

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Material e manutenção	(10.994)	(15.001)	(154.789)
Despesa rateio Sicoob Central Cecresp	-	-	(126.779)
Despesa manutenção FNCC	(21.016)	(42.032)	(10.508)
Serviços técnicos especializados	(42.357)	(83.255)	(87.630)
Serviços do sistema financeiro	(22.717)	(48.292)	(60.900)
Processamento de dados	(28.365)	(51.403)	(30.050)
Promoções e relações públicas	(23.801)	(23.801)	(13.215)
Comunicações	(7.406)	(12.942)	(10.249)
Serviço de terceiros	(2.344)	(16.369)	(9.915)
Seguros	(895)	(6.251)	(7.072)
Água, energia e gás	(800)	(2.085)	(3.170)
Tributários	(343)	(1.399)	(1.119)
Outros	(7.807)	(27.434)	(93.799)
	(168.845)	(330.264)	(609.195)

13 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(98.565)	(195.847)	(171.277)
Honorários e cédulas de presença	(67.925)	(130.565)	(119.760)
Benefícios a empregados	(57.547)	(111.904)	(100.621)
Encargos sociais	(48.756)	(95.180)	(89.419)
	(272.793)	(533.496)	(481.077)

14 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Juros sobre o capital (nota 10(i))	(157.936)	(157.936)	(104.929)
Outros dispêndios	(1.407)	(3.287)	(21.066)
	(159.343)	(161.223)	(125.995)

15 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

16 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	316.514	286.770
Patrimônio líquido		
Capital social	114.913	99.303
Benefícios:		
Honorários	125.340	119.760
Cédulas de presença	5.225	-

Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados.

18 Eventos Subseqüentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subseqüente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

19 Índice da Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN no. 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2020.

20 Desfiliação da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp e Filiação a Federação Nacional das Cooperativas – FNCC

Conforme solicitação de desfiliação datada de 22 de agosto de 2019, a Cooperativa decidiu se desligar do quadro social da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp. A decisão da Diretoria Executiva da Cooperativa, aprovada por maioria de votos, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de agosto de 2019, que também definiu a filiação a Federação Nacional das Cooperativas– FNCC (nota 1).

A Diretoria Executiva tomou a decisão de desfiliação da Sicoob Central Cecresp e filiação a Federação Nacional das Cooperativas – FNCC devido a impossibilidade de se enquadrarem no sistema operacional SISBR frente às exigências impostas à Cooperativa, bem como não contemplam o modelo de negócios, produtos e serviços financeiros oferecidos pelo Sicoob.

Os saldos nos balanços patrimoniais das transações da Cooperativa com a Sicoob Central Cecresp em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

Descrição	2020	2019
Ativo circulante		
Capital a receber Sicoob Central Cecresp (nota 5)	-	393.666
Ativo não circulante		
Cecresp Corretora de Seguros (nota 6)	1.040	1.040

Os saldos nos balanços patrimoniais das transações da Cooperativa com a FNCC em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

Descrição	2020	2019
Ativo não circulante		
Capital FNCC (nota 6)	10.469	10.188
Principais operações:		
Despesas com manutenção FNCC (nota 12)	42.032	10.508

As operações foram realizadas em condições normais de seu mercado e regulamentações internas

21 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

Em atendimento a Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 e conforme faculta a Resolução nº 4.606 de 19 de outubro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa instituiu a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos capacitada para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco operacional, o risco socioambiental, o risco de crédito e os demais riscos relevantes ao qual a Instituição esteja exposta, incluindo o monitoramento dos níveis de capital e liquidez. A Estrutura é formada pelo diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, a equipe técnica por ele designada para seu assessoramento e pelas políticas e manuais inerentes a área

Wagner Aparecido Mendes
Diretor Presidente e responsável pela área contábil
CPF 020.434.798-06

Jeferson Catelani
Contador CRC: 1SP290827/O-3
CPF: 337.777.328-26

22 Relatório da Administração 2020

DIRETORIA

Wagner Aparecido Mendes - Diretor Presidente
Antonio Carlos Sanches - Diretor Administrativo
Marcos Donizeti Antonio - Diretor Operacional
Dalva Aparecida Pedro - Diretora

CONSELHO FISCAL - MEMBROS EFETIVOS

Aloísio Coelho
Maria Luisa Alves de Oliveira
Nilson Kendi Ogassahara

CONSELHO FISCAL - MEMBROS SUPLENTE

Antonio Roveri Neto
Fabio Luiz Apolaro
Lidiane Cristina Cardoso

<u>REGISTROS</u>	<u>DATA</u>
CNPJ: 57.259.525/0001-63	13/03/87
JUCESP No 35400017473	30/03/87
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL 931	16/12/88
OCESP ... 959	

Senhores Cooperados

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2020 da Cooperativa de Crédito de Economia e Crédito Mutuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias Campus de Jaboticabal, - COOPERFAC, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 a COOPERFAC completou 32 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos a prazo.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, a COOPERFAC obteve um resultado antes das destinações de R\$ 330.626. Ainda a cooperativa remunerou o capital dos cooperados em 100 % da taxa selic, de acordo ao limite máximo da Lei 5764/1971.

3. Ativos

Os recursos depositados em Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 957.198. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 5.833.270

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 18% da carteira, no montante de R\$ 1.036.941.

4. Captação

As captações de Depósitos a Prazo somaram R\$ 0,00

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do COOPERFAC era de R\$ 6.840.398. O quadro de associados era composto por 550 Cooperados.

MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2020	2019
Número de sócios ao iniciar o ano	570	599
Admissões ocorridas no ano	2	2
Demissões ocorridas no ano	22	32
Número de sócios ao encerrar o ano	550	570

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, pela diretoria, observando e cumprindo as normas constantes nas Políticas de Crédito, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

RELATÓRIO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

	QUANTIDADE		VALORES EM REAIS	
	2020	2019	2020	2019
TOTAL	4.766	5.228	3.262.674,17	3.458.562,73

A COOPERFAC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN no 2.682.

7. Conselho Fiscal

Eleito na AGO, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os

atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do FNCC, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. 0800 940 9360 ou ouvidoria@fncc.com.br.

No exercício de 2020, a ouvidoria da singular não registrou nenhuma manifestação de cooperados procedentes sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos

Aos cooperados por sua confiança e apoio à nossa administração, à Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias Campus de Jaboticabal – UNESP, que sempre incentivaram e colaboraram para o desenvolvimento de nossa Cooperativa e aos membros do Conselho Fiscal e funcionários.

Jaboticabal, 30 de Março de 2021.

Wagner Aparecido Mendes
Diretor Presidente

Antonio Carlos Sanches
Diretor Administrativo

Marcos Donizeti Antonio
Diretor Operacional

Dalva Aparecida Pedro
Diretora